

COMENTÁRIO SOBRE AS *RES GESTAE DIVI AVGVSTI*

Maria Luiza Corassin

Depto História FFLCH / USP

Resumo

Este artigo estuda um documento epigráfico, as *Res Gestae* de Augusto, o qual fornece elementos para a compreensão da construção do sistema de poder imperial e as relações entre o governante e seus subordinados.

Palavras-Chave

Augusto • Principado • Império romano • Aristocracia romana • Plebe romana

Abstract

This article studies an epigraphic source, Augustus's *Res gestae*, which provides elements that elucidate the construction of the imperial power system and the relationship between ruler and ruled.

Keywords

August • Principate • Roman empire • Roman aristocracy • Roman mob

Quando Augusto morreu em 19 de agosto de 14 d.C., com quase setenta e seis anos de idade, foram lidos perante o Senado quatro documentos que o imperador havia selado no ano anterior e confiados às Vestais. Estes documentos sem dúvida foram conservados no Arquivo imperial, onde Suetônio os consultaria um século após. Suetônio refere-se a um deles como “*indecem rerum a se gestarum, quem vellet incidi in aeneis tabulis, quae ante Mausoleum statuerentur*” (Suet. *Aug.*, CI, 4), “um resumo de seus feitos, que ele desejava fosse gravado em pranchas de bronze colocadas na fachada de seu mausoléu”. Felizmente para nós, ele foi “publicado” após a morte de Augusto, em Roma, sob a forma de uma magnífica inscrição monumental.

Quando retornou do Egito, após o fim da guerra contra Marco Antônio, em 29 a.C., o então Otaviano iniciou a construção de um grandioso mausoléu na área extremo-norte do Campo de Marte, que serviria de tumba para si e para os seus familiares e descendentes. A porta do edifício que se abria para o lado sul era precedida por dois obeliscos; sobre as duas pilastras ao lado da entrada foram afixadas as placas de bronze com a inscrição contendo esse documento, segundo a vontade do autor. Deste exemplar afixado em Roma não restou nenhum vestígio; mas a cópia incisa sobre as paredes da entrada do templo de Roma e Augusto, em Ancira, na Ásia Menor, conservou a epígrafe para nós.

Esta cópia de Ancira (a atual Ancara), conhecida como *Monumentum Ancyranum*, foi encontrada no século XVI e apresenta o texto latino e uma versão grega. O título latino informa expressamente que a inscrição é uma cópia do exemplar romano, tal como foi gravado *in duabus aeneis pilis quae sunt Romae positae*. O texto grego sem dúvida foi acrescentado por tratar-se de uma província onde o grego era então a língua corrente¹.

Além do texto de Ancira, foi encontrada outra cópia em um templo em Apolônia, na Pisídia, ligada à província da Galácia, com a mesma versão grega. Finalmente, em 1914, em Antioquia da Pisídia (Colônia Cesareia), foram descobertos novos fragmentos do texto latino. A inscrição de Ancira é relativamente completa e como as lacunas dos textos gregos e latinos evidentemente não coincidem, foi possível reconstituir o texto latino com suficiente precisão, com o auxílio das demais cópias. A identidade entre os textos de Ancira e de

¹ Introdução de Jean Gagé, em *RES GESTAE Divi Avgvsti*. Paris: Belles Lettres, 1935. p. 6.

Apolônia indica que a versão grega, com toda probabilidade, foi fixada por iniciativa de autoridades oficiais².

O documento nos primeiros quatorze capítulos enumera os títulos e cargos conferidos a Augusto pelo Senado e povo romano além dos serviços pelos quais ele foi agraciado na sua carreira (caps. 1-14); do capítulo 15 ao 24 há um relato das despesas (*impensae*) de todos os gêneros feitas em favor do Estado e do povo; as doações que fez às suas expensas aos veteranos e à plebe de Roma; os jogos e espetáculos oferecidos ao povo. A terceira parte, do capítulo 25 ao 35, contém os seus feitos na paz e na guerra, como pacificador e conquistador. Nos dois últimos capítulos, de conclusão, ele retorna ao tema da primeira parte, os títulos recebidos: o de “Augusto”, no cap. 34, e o de “Pai da Pátria”, no cap. 35. Gagé considera que isto é um destaque de dois títulos excepcionais do *cursus honorum* de Augusto, que coroam a sua carreira pública³. De fato, não era estranho à tradição epigráfica romana ressaltar os títulos mais importantes, colocando-os fora de ordem, em destaque no início ou no final da inscrição.

O título da inscrição colocado por Tibério menciona dois itens: as *Impensae* e as *Res Gestae*; o primeiro bloco do documento pode ser facilmente ligado ao terceiro, uma vez que os serviços prestados ao Estado estão aí registrados, bem como os *honores* conferidos em recompensa. No final do último capítulo, uma referência “*cum scripsi haec, annum agebam septuagensimum sextum*” (R.G. VI, 35) fornece a data da obra, posterior a 23 de setembro de 13. Mas é difícil de acreditar que Augusto tenha aguardado essa idade para redigir a obra de uma única vez. O mais certo é que ele tenha trabalhado nela diversas vezes, com adições sucessivas a partir de um esboço inicial, na elaboração de um documento ao qual sem dúvida dava grande importância. Não deve ter sido a obra improvisada de extrema velhice de Augusto, mas um trabalho refletido de sua maturidade⁴.

² Sobre os textos epigráficos, ver as introduções de Jean Gagé e de F. W. Shipley, nas edições, respectivamente, de *Les Belles Lettres* e da Coleção *The Loeb Classical Library*. Utilizamos a tradução portuguesa de G. D. Leoni, com algumas alterações.

³ Gagé, *op. cit.*, p. 15.

⁴ Gagé, *op. cit.*, p. 23.

Há uma antiga discussão sobre o gênero literário da obra. Na introdução das edições modernas são mencionadas expressões como “testamento político”, “relatório de administração”, “epitáfio”, “autobiografia”, “elogio triunfal”. Não é tarefa simples determinar a natureza dela e nem é nosso objetivo aprofundar essa questão.

A *respublica* e o *populus Romanus* são mencionados como os destinatários finais de toda a atividade de Augusto, mas é o autor que aparece em destaque ao longo do texto. Para Gagé o destinatário da obra era a plebe de Roma; as distribuições que Augusto enumera são as que foram destinadas à multidão da capital, que praticamente não participa mais das assembléias e perdeu seu peso político, mas se contenta com as distribuições, os grandes espetáculos e as construções públicas devidas à generosidade imperial⁵.

O relato é objetivo, omitindo aspectos da vida pessoal de Augusto. Os parentes são mencionados brevemente e apenas quando relacionados com os aspectos públicos. Aparecem como seus auxiliares: o seu genro, Agripa; Tibério, seu filho adotivo e sucessor; e os dois “príncipes da juventude”, seus filhos adotivos, Gaio e Lúcio; refere-se a César apenas como “meu pai”. Augusto jamais cita nominalmente os seus inimigos públicos, como Antônio, Bruto e Cássio. Omite o nome de Lépido, quando diz que aceitou ser Pontífice Máximo apenas quando “morreu quem, aproveitando das agitações civis” usurpara o sacerdócio (R.G., II, 10); esta foi a forma de demonstrar seu respeito à religião, por não ter destituído deste importante sacerdócio o seu detentor. Os nomes dos cônsules aparecem quando usados para fornecer a data consular dos eventos, de acordo com a forma romana de registrar o ano.

Pelo espaço que o autor deu às despesas (as *impensae*), poderia até parecer um balanço, uma espécie de contabilidade do governo. No entanto, não se trata de um relatório completo de sua gestão pública. Augusto, na enumeração das distribuições de dinheiro, das construções e obras públicas, apenas menciona o que doou de seu *patrimonium*, em grande parte herdado de César; do que foi extraído de sua *pecunia privata* ou dos enormes despojos de guerra que trouxe como triunfador por três vezes. Não se refere às despesas gerais do governo, do que saiu da caixa imperial, o futuro *fiscus*.

⁵ Gagé, *op. cit.*, p.23 e ss.

Por um lado, o documento tem aspectos estatísticos; apresenta, em uma enumeração seca, o número de cidadãos recenseados, as estradas e aquedutos restaurados, as somas distribuídas, o número de navios capturados, os reis exibidos nos triunfos, as províncias conquistadas ou pacificadas. Vários dados numéricos e informações sobre monumentos e edifícios são conhecidos apenas por este documento. Por outro lado, há o relato quase que épico das grandes ações empreendidas por Augusto, das quais o povo romano é apresentado como sendo o beneficiário.

Gagé chama as *Res Gestae* de “escrito apologético destinado a perpetuar uma imagem ideal de Augusto e de sua obra”. “A história que elas escrevem é aquela que o autor desejava impor à posteridade”⁶. Esta obra desenha o retrato idealizado do seu autor e daí advém o seu interesse para os historiadores. Não é sempre que podemos contar com o testemunho direto do principal envolvido nos fatos e que ocupava uma posição excepcional; evidentemente não é um testemunho imparcial, mas a imagem que ele desejava transmitir é tão ou mais informativa que os dados factuais. Neste caso é também evidente que Augusto não menciona os eventos e as recordações que ele preferia esquecer ou que não combinavam com a imagem que ele desejava construir.

O estilo é conciso, característico do documento epigráfico; mesmo um príncipe, dispondo de uma extensão excepcional para registrar sua inscrição, a ser afixada em lugar público privilegiado, é forçado a buscar uma economia de palavras para transmitir o máximo de conteúdo no espaço disponível. Texto de extensão relativamente pequena pela sua natureza epigráfica, como documento histórico apresenta enorme importância.

O Príncipe relata as suas relações com o Senado e o povo romano. Este é o ponto que desejamos estudar, sob o ângulo dos aspectos sociais da passagem da República para o Império, que constituem um tema fundamental⁷; para tanto, a leitura de uma obra escrita por Augusto, na primeira pessoa, revela-se um documento de excepcional valor histórico. Do ponto de vista da história das idéias políticas ele é precioso, pois apresenta o principado descrito pelo seu autor: podemos colher diretamente a intenção de Augusto quando ele ressalta

⁶ Gagé, *op. cit.*, p. 34

⁷ F. De Martino. *Storia della costituzione romana*. Napoli: Eugenio Jovene, 1974. v. 4, 1. p. 21.

os aspectos que julga relevantes tais como o caráter legal e colegial do seu poder e o respeito ao *mos maiorum*.

Para compreender melhor o Principado é necessário considerar os diferentes grupos sociais, dos quais o próprio Augusto está plenamente consciente, como as *Res Gestae* o demonstram. São mencionados os senadores, a plebe urbana, os veteranos, os cavaleiros, os itálicos, os escravos e os provinciais. As referências aos diversos grupos sociais que aparecem nas *Res Gestae* demonstram as diretrizes adotadas por Augusto em relação a cada um deles.

* * *

Polverini refere-se ao período dos idos de março de 44 a.C. a 27 a.C. como sendo o momento resolutivo da crise romana, do ponto de vista político-constitucional e também social, com a conclusão de um processo de transformação, que veio a culminar com a aceitação pela sociedade romana de um sistema político centrado no poder do Príncipe⁸. O fortalecimento progressivo do poder militar dos grandes comandantes durante as lutas civis do século I a.C. levou à afirmação do poder pessoal centralizado em um imperador.

A carreira de Augusto iniciou-se com a morte de César. A nobreza senatorial fora a responsável pela morte de César e pela falência de seu sistema político; ela detinha o poder e não estava disposta a cedê-lo. Mas o Senado não podia eliminar as forças sociais que César representava. Marco Antônio assumiu o controle dos elementos de força cesarianos, representados, sobretudo, pela plebe urbana e os veteranos. Quando após o assassinato de César, o Senado aceitou o compromisso com os cesarianos, abriu caminho para o fracasso da conspiração. Quando na sessão de 17 de março de 44 a.C. foram reconhecidos os atos do ditador assassinado, e em seguida ocorreu uma violenta manifestação popular durante os funerais de César, os conservadores perderam a partida. O Senado torna-se cada vez mais o instrumento dócil de homens ambiciosos que o controlam. O controle do Senado visava utilizá-lo como fonte de legalidade para uma política que defendia os interesses de novos grupos sociais emergentes, resultantes das transformações provocadas pela expansão imperialista.

⁸ Polverini, Leandro. L'aspetto sociale del passaggio della repubblica al Principato. *Aevum*. n. 38, fasc. 3-4, 1964. p. 243 e ss.

Otaviano em 43 a.C. foi incluído, por *senatus-consulto*, como senador em nível consular, o que seria uma irregularidade, pois no momento era um jovem de menos de vinte anos, sem carreira pública anterior; mas o Senado legitimou este ato contrário ao costume. As *Res Gestae* iniciam-se com este fato: “Aos dezanove anos reuni um exército, com o qual afastei do Estado uma facção que o oprimia”. “O Senado associou-me à sua ordem, acrescentando o grau consular e conferiu-me o comando militar” (R.G. I, 1).

A seguir, a lei Pédia, apresentada por seu colega de consulado, mas que tem em Otaviano seu verdadeiro autor, condenou os envolvidos na conjuração contra César. A derrota militar dos conjurados significou a predominância do herdeiro de César no cenário político romano.

O Senado passou então por uma transformação, aceitando sua função como órgão de governo dependente dos novos donos do poder. Otaviano conseguiu que esta aristocracia, perdida a esperança de uma restauração republicana, o apoiasse. Após o rompimento entre Marco Antônio e Otaviano, na época da batalha de Áccio, de um milhar de senadores existentes, setecentos aderiram a ele (R.G. V, 25): “Dos que combateram sob minhas insígnias, mais de setecentos foram senadores; e destes, oitenta e três foram eleitos cônsules, antes ou depois, até o dia em que foram escritas estas; e cento e setenta, aproximadamente, foram sacerdotes” (R.G. V, 25).

A aristocracia senatorial tornou-se um dos fundamentos sociais do novo sistema. As magistraturas da República continuam existindo, mas houve uma desvalorização de sua efetiva importância. O Senado ratifica passivamente os atos imperiais, emprestando-lhes legalidade; foi se transformando no “partido” de um príncipe e no seu instrumento político. Augusto é o *princeps senatus*: “Fui príncipe do senado durante quarenta anos, até o dia em que escrevi isto” (R.G. I, 7). O sentido de *princeps* é o de “aquele que ocupa o primeiro lugar” entre os senadores.

Em 27 a.C. ocorre a famosa sessão dos idos de janeiro, quando no dia 13 desse mês se encerrou o ciclo iniciado nos idos de março de 44 a.C., com o assassinato de César. O Senado apresenta sua submissão incondicional ao Príncipe, reconhecendo o poder do filho adotivo de César; em seguida, no dia 16, concede a Otaviano o título de “Augusto”, com um valor honorífico extraído da esfera religiosa.

A política de Otaviano após a ruptura com Marco Antônio foi a de procurar um acordo com a nobreza tradicional, que terá seu lugar privilegiado no império. A ordem senatorial e a sua parte mais elevada, a nobreza, foi a que mais

se transformou⁹. Com o principado ela não perdeu o poder político nem a sua posição social de proeminência, mas a sua composição mudou. As proscrições dos triúmviros haviam atingido as famílias mais poderosas e mais ricas. As vítimas foram escolhidas na classe mais elevada da sociedade, incluindo senadores, cavaleiros e mesmo ricas famílias das cidades itálicas. No lugar dos que desapareceram ou perderam sua posição social, uma grande quantidade de “homens-novos” foi elevada aos altos cargos, passando a fazer parte da *nobilitas*. A maior parte dos que chegaram ao consulado após 44 a.C. eram oriundos de famílias totalmente desconhecidas até então; mas a velha nobreza não foi destruída sistematicamente; várias sobreviveram e apesar de terem apoiado os republicanos vencidos, encontraram meios de cair nas boas graças do novo senhor do poder. O casamento de Otaviano com Lúvia, da *gens* Cláudia, da antiga aristocracia republicana, é mais um indício de sua busca para conciliar o apoio da *nobilitas* sobrevivente.

Há, portanto, uma alteração entre o comportamento de Otaviano triúmviro e Augusto imperador. Nas *Res Gestae* transparece a sua posição numa fase em que o seu poder já estava consolidado e ele podia permitir-se agir com clemência.

Durante a guerra civil não existiu o objetivo de atacar a *nobilitas* em favor de um poder democrático da plebe ou dos cavaleiros. A estrutura da sociedade não foi alterada desta forma; a composição interna dos grupos sociais é que se alterou; ao lado de grandes famílias antigas da aristocracia colocaram-se novos nomes, mas a nobreza em si foi conservada com privilégios, riqueza e sinais exteriores de prestígio inalterados. A nobreza, tanto aquela descendente de velhas famílias tradicionais, quanto aquela de origem recente, apoiou o príncipe, desde que no novo regime ela permanecesse como a classe mais alta, mais rica e poderosa da sociedade.

A composição do Senado foi sendo remodelada; aos poucos, novos elementos foram introduzidos pelo imperador por meio do seu direito de rever o álbum com os nomes dos senadores; Augusto afirma: “Três vezes fiz a revisão das listas dos senadores” (R.G. III, 8). Inicialmente apegado à tradição, com alta porcentagem de patrícios, ocorreu uma “italianização” progressiva do Senado. Formou-se uma nova classe dirigente pela sua composição, organizada numa carreira que passava pelos cargos republicanos; era uma elite dirigente

⁹ De Martino, *op. cit.*, p. 37 e ss.

a serviço do Príncipe, que fornecia o pessoal administrativo necessário para preencher as antigas magistraturas, para que o imperador pudesse indicar os governadores das províncias imperiais e os comandantes do exército. Progredir na carreira senatorial dependia, em última instância, do favor que o indivíduo desfrutava junto ao imperador. Os senadores continuarão até o final do Império a personificar a tradição da República; ao mesmo tempo dão legitimidade e autoridade ao Príncipe.

Nesse período a cidade de Roma possuía uma população estimada em cerca de um milhão de habitantes. Apenas uma minoria, alguns milhares de pessoas, pertencia à nobreza e aos *equites*. Mas isto não significa que o restante fosse apenas um sub-proletariado, um *lumpen* corrompido, vivendo às custas do Estado. Boa parte da plebe urbana era formada por homens livres, artesãos e trabalhadores, que viviam de várias atividades econômicas, pois nem todo o trabalho era realizado por mão-de-obra escrava. É claro que já na República, inclusive na época de César, grande número de cidadãos recebia trigo do Estado. As frumentações, inicialmente distribuições de trigo a preço político e depois trigo grátis, eram fortemente rejeitadas pelos *optimates* e descritas por Cícero como causa de ócio e vícios da plebe da capital, que de fato mostrava-se disposta a apoiar este ou aquele político em troca de favores e recompensas. Assim se explica a popularidade de César e depois a de Otaviano.

Os cesaricidas sem dúvida sabiam que César gozava de enorme popularidade entre a plebe urbana. Bruto e Cássio, por sua vez, eram os representantes dos “*optimates*”, de uma aristocracia que sempre se posicionara, desde a época dos Graco, contra a política dos “*populares*” de distribuição de trigo e de terra.

Logo após o assassinato de César, a plebe urbana de Roma foi levada a um sentimento de vingança e participou de modo violento no episódio dos funerais, que se transformaram numa verdadeira manifestação popular contra os cesaricidas. Este fato sem dúvida teve o efeito de alterar naquele momento o rumo dos acontecimentos a favor de Antônio e do herdeiro de César.

Otaviano aproveitou os sentimentos da massa urbana em relação à memória de César, procurando por vários atos conquistar o seu apoio. Começou por pagar os legados de César com seus próprios recursos. Durante a guerra civil a plebe apoiou Otaviano, no qual via o herdeiro de César e o defensor dos privilégios da plebe romana, o homem que executou o testamento de César. Para a plebe, a “*libertas*”, tão prezada pela aristocracia da República, não se identificava mais com os seus interesses imediatos. Os líderes “*populares*”,

no entanto, não tinham mais um programa de reivindicações, como fora o gracano; agora lutavam, sobretudo, pelo poder pessoal.

Toda a política de Augusto em relação à plebe foi no sentido de conter a possível agitação popular, eliminar a violência e a desordem que havia caracterizado os anos finais do período da República, atuando como restaurador da ordem. A plebe urbana não constituirá a principal base social do novo regime augustano. Por outro lado, o imperador nunca deixou de preocupar-se com ela, pois manter a plebe da capital tranqüila sempre foi, como deve ter intuído logo, de fundamental importância para a segurança da capital e da sua própria.

Nas *Res Gestae* Augusto afirma ter distribuído várias doações em dinheiro à plebe romana e ter adquirido às suas custas o trigo para doze frumentações. “À plebe romana distribui trezentos sestércios por pessoa, cumprindo o testamento de meu pai e acrescentei em meu nome quatrocentos sestércios, tirando-os da presa de guerra”; “fiz doze distribuições de trigo com grãos comprados às minhas custas”; “estas distribuições foram feitas, cada vez, a não menos de duzentos e cinquenta mil homens” (R.G. III, 15). Em outra ocasião, o número dos contemplados com distribuições em dinheiro chegou a trezentas e vinte mil pessoas da plebe urbana.

A situação econômica e as condições de vida da parte mais pobre da população da cidade de Roma continuaram precárias, mas no principado houve uma relativa melhora. Claro que não era toda a população que era desempregada, mas também é evidente que havia um número grande de cidadãos no limite da sobrevivência, o que era suficiente para provocar desordens. Para participar das *frumentationes* era condição necessária ser cidadão romano, com domicílio na cidade de Roma. Portanto, nem todos eram beneficiados; daí a adoção de outras medidas.

Um amplo programa de obras públicas, dirigido por Agripa, foi iniciado já em 33 a.C., transformando a cidade com construções monumentais. Era uma forma de proporcionar ocupação a um certo número de pessoas. Acrescentem-se a isto os espetáculos e jogos e teremos um estilo de governo que perdurará por séculos. Augusto arrola extensamente nas *Res Gestae*, nos caps. IV, 19, 20 e 21 as suas realizações nesta área. Os seus sucessores farão o mesmo; nas fontes romanas, os imperadores classificados como “bons imperadores” terão sempre uma longa lista de construções para exibir, como Trajano e Adriano, por exemplo. Após listar os novos templos construídos, o fórum, a restauração do Capitólio, do teatro de Marcelo e de oitenta e dois templos em Roma, Augusto menciona as melhorias no abastecimento de água de Roma, com

consertos nos aquedutos; a construção de seu fórum, com o templo de Marte Vingador, é citada em R.G. IV, 21.

Os habitantes da cidade de Roma formavam uma massa heterogênea, pois além dos cidadãos é preciso lembrar que existiam os escravos, os homens livres sem cidadania, o que aumentava a falta de unidade. Assim, a plebe urbana formava uma massa incapaz de apresentar um programa de reivindicações coerente. Ela se transformou na clientela do Príncipe, sem efetiva importância econômica ou política. As assembleias populares perderam a importância com o advento do Império e em breve deixarão de ser convocadas. A plebe perdeu a força política real, mas obtém um tratamento privilegiado na condição de cidadãos da capital do mundo. A plebe será controlada por uma política “paternalista” ou demagógica; ela fora um instrumento útil durante a fase de luta contra os conjurados cesaricidas, mas no principado será controlada por meio de uma política de distribuições, decaindo para uma situação que Juvenal (*Sat.* X, 81) mais tarde descreveu com a famosa expressão: “*panem et circenses*”. Odiada e desprezada pela elite, mas ao mesmo tempo cortejada; formou-se uma espécie de pacto: o príncipe garante sua popularidade em troca de benefícios materiais concedidos à população urbana de Roma.

Em R.G. IV, 22-23 ele arrola as realizações de seu governo ao oferecer jogos gladiatórios: “nesses jogos lutaram quase dez mil homens” (R.G. IV, 22). Espetáculos de gêneros variados são mencionados: “vinte e seis vezes ofereci ao povo no circo ou no foro ou no anfiteatro caçadas de feras africanas; e durante estes espetáculos foram mortas três mil e quinhentas feras” (R.G. IV, 22). São lembrados a celebração dos jogos seculares (R.G. IV, 22) e o espetáculo de combate naval com a participação de cerca de três mil homens (R.G. IV, 23).

A maior preocupação de Otaviano, no entanto, foi com os veteranos. As reivindicações deles eram as mais urgentes e precisavam ser atendidas para que ele não perdesse seu apoio, decisivo para a luta pelo poder. Para resolver o problema havia duas formas, que na verdade constituíam a mesma solução: fundar colônias para assentá-los ou assignar-lhes terras.

A questão agrária na época de Tibério e Caio Graco adquirira uma posição prioritária; mas nos anos seguintes foi abandonada a idéia de recuperar o *ager publicus* para fins de redistribuir as terras públicas para os cidadãos sem-terra. A proposta se reduzira a atender as reivindicações dos veteranos; para tanto, passaram a usar terras de determinados municípios itálicos, tomando as que pertenciam tanto a grandes proprietários da aristocracia quanto a médios e até pequenos proprietários. A problema para os comandantes era instalar um

número muito grande de veteranos, que haviam sido licenciados das legiões após a vitória.

O exército na fase final da República tornou-se clientela de um determinado general, em lugar de ser o exército do Estado. Com Mário, desde o final do século II a.C., havia se concretizado a mudança: as legiões assumiram o caráter de serem formadas por cidadãos proletários e de estarem ligadas aos seus comandantes, antes do que ao Senado. Mas as legiões não se limitam a apoiar politicamente o seu comandante: esse apoio é condicionado pelo atendimento de suas reivindicações. A principal delas é a distribuição de terra. Oriundos do meio rural, ao deixarem o serviço militar os veteranos esperam uma recompensa em terras ou em dinheiro para que possam adquiri-las. É um grupo social consciente da própria força, e que teve o papel mais importante como base do poder de Augusto.

A manifestação da multidão nas ruas de Roma nos funerais de César foi muito mais perigosa devido a presença dos seus veteranos no meio da plebe; eles forçaram o Senado a validar as disposições de César em seu favor. O Senado ofereceu o consulado a Otaviano, que ainda não tinha nem vinte anos, por pressão deles. Quando Otaviano tornou-se o único comandante por meio da força de suas legiões, ele não podia ignorá-las. Os cidadãos pequenos e médios proprietários que haviam perdido suas terras e que formavam as legiões não eram mercenários; inserem-se na luta política e obrigam seus comandantes, saídos da aristocracia, a atenderem suas reivindicações. Mário, Sila, César, todos eles os atenderam com distribuição de terras e assentamento em colônias. Augusto fará o mesmo. Isto garante a adesão ao regime. O soldado profissional romano, uma vez recebida a terra, transforma-se em sólido elemento conservador do sistema.

Em R.G. I, 3 Augusto coloca claramente: “Sob meus estandartes militaram quinhentos mil cidadãos romanos, aproximadamente: destes, mais de trezentos mil mandei às colônias ou devolvi aos seus municípios, depois de terem completado o serviço; e a todos dei terras ou dinheiro como prêmio do serviço prestado”.

Augusto em 30 a.C. assenta veteranos em novas colônias militares. Encontramos em R.G. III, 16: “Dei dinheiro aos municípios em compensação pelas terras que (...) tinha destinado aos soldados: foi de seiscentos milhões de sestércios aproximadamente a quantia que eu paguei pelas terras itálicas e mais ou menos de duzentos e sessenta milhões pelas terras provinciais. Eu fui o primeiro e único que fez tudo isso, e para que fosse lembrado como um fato do meu tempo, entre quantos fundaram colônias de soldados na Itália ou nas províncias”.

Em 29 a.C. outra ação visa garantir a lealdade dos veteranos: “Às colônias dos meus soldados, distribuí mil moedas para cada um, tirando a quantia da presa de guerra: este presente triunfal foi recebido nas colônias por cento e vinte mil homens, aproximadamente” (R.G. III, 15).

A criação de uma caixa especial para o pagamento da “aposentadoria” do pessoal militar é também registrada: “Dei cento e setenta milhões do meu patrimônio pessoal ao erário militar, que foi instituído por meu conselho, a fim de que fossem dados prêmios aos soldados que tivessem prestado serviço militar durante vinte ou mais anos” (R.G. III, 17).

Augusto, além de instalar os ex-soldados na Itália, deu impulso à política, que já existia desde Mário, de encaminhar os veteranos para colônias fundadas fora da Península: “fundi colônias militares na África, na Sicília, em ambas as Hispânicas, na Acaia, na Ásia, na Síria, na Gália Narbonense, na Pisídia. A Itália possui vinte e oito colônias fundadas por minha vontade que foram, durante minha vida, muito povoadas e prósperas” (R.G. V, 28).

Para os ex-soldados significa o ingresso na vida social dos municípios aonde irão se instalar, com uma significativa elevação do nível social adquirido no exército. Como clientela pessoal do Príncipe, a lealdade das tropas é fundamental para a sua permanência no poder. Esse exército profissional foi transformado por Augusto em exército defensivo guarnecendo as fronteiras; a carreira militar torna-se uma via de ascensão à ordem eqüestre; talvez a metade dos novos cavaleiros fosse proveniente das fileiras do exército.

O legionário tendia, no final do serviço, a permanecer no lugar onde passara a vida; isso facilitou a provincialização das tropas e a difusão do “modo de vida romano” nessas áreas do império; o poder pessoal do príncipe baseava-se no exército, mas este não constituía uma casta militar à parte da sociedade; durante o principado, teve um papel de integração e de facilitador da ascensão social não apenas de cidadãos romanos, mas também de elementos provinciais que ao terminar a *militia* recebiam a cidadania romana como recompensa.

O novo regime foi especialmente proveitoso para a ordem dos cavaleiros. Ela será destinada a fornecer os quadros da nova burocracia e administração imperial; estes quadros administrativos, criados pelo imperador, ficaram sob seu controle direto.

Os cavaleiros, desde a época gracana, haviam se tornado cada vez mais influentes. Durante as guerras civis procuraram principalmente colocar em segurança a sua vida e os seus bens, embora nem sempre com bons resultados. Mantendo um perfil discreto, nunca se organizaram politicamente nem

apresentaram um programa, embora sua influência se fizesse sentir, pois os comandantes militares precisavam de apoio financeiro de ricos cavaleiros e este apoio não era dado sem contrapartida, pois os riscos eram imensos. Alguns conseguiram entender-se com ambas as facções em oposição. Desde César, a tendência da administração romana foi a de alterar o sistema de cobrança de impostos nas províncias, abolindo o sistema de exploração dos contribuintes provinciais pelas sociedades de publicanos, que arrematavam os contratos públicos de arrecadação; isto tirou dos cavaleiros uma das maiores fontes de ganho. Mas a nova situação econômica proporcionava também novas oportunidades no comércio, na especulação, em atividades bancárias e em investimentos. Embora os cavaleiros investissem também na agricultura, eles se beneficiavam de novos campos não ligados apenas à propriedade fundiária.

A maioria dos cavaleiros procurou se abster de apoiar os senadores por ocasião do assassinato de César; não queriam uma participação direta na luta política; mesmo assim não ficaram a salvo das proscricções de Otaviano e Antônio, o que em parte foi a necessidade de levantamento de fundos por meio do confisco de bens, o qual atingiu os cidadãos mais ricos.

A partir de 36 a.C. Otaviano empreende uma política concreta a favor dos homens de negócios, como o cancelamento dos tributos atrasados, que não tinham sido pagos em uma época de desordens; os débitos das sociedades de publicanos ao Estado e outras dívidas ao Estado também foram cancelados.

A ordem equestre na fase final da República disputava espaço para obter mais prestígio social e maior liberdade para desenvolver seus negócios; assim, muitos conflitos surgiram entre cavaleiros e senadores, mas os cavaleiros nunca propuseram a derrubada da aristocracia senatorial. Interessava a eles novas oportunidades de lucro, como, por exemplo, financiar a guerra de Otaviano contra Marco Antônio.

Os cavaleiros optam por apoiá-lo, pois afinal era também de origem equestre. Além disso, o fato de Antônio controlar a parte oriental do império colocava esta área fora do campo de ação dos negociantes itálicos.

Os cavaleiros não se opuseram a mudanças nas instituições. Os maiores amigos de Otaviano foram cavaleiros, como Agripa, que foi o seu braço direito durante as campanhas militares e mais tarde na administração da cidade de Roma. Outros cavaleiros que dispensam comentários foram Mecenas e homens de letras, como Vergílio, Horácio e Ovídio.

Augusto refere-se nas *Res Gestae* às homenagens prestadas pelos cavaleiros, junto com o Senado, aos seus filhos adotivos, os netos Gaio e Lúcio

César, que foram proclamados “príncipes da juventude” por eles: “todos os cavaleiros romanos os presentearam com escudos e lanças” (R.G. III, 14). No capítulo final, em R.G. VI, 35, ele recorda: “o Senado, a ordem eqüestre e todo o povo romano me aclamaram pai da pátria”.

No principado não se abriram grandes perspectivas de exploração das províncias para os cavaleiros; no entanto, se para os senadores foi reservada uma carreira formada pelas antigas magistraturas tradicionais republicanas, para os cavaleiros será criado um outro tipo de carreira, dentro de novos cargos criados no império, como procuradores e prefeitos. A contribuição dos cavaleiros será em funções técnicas de administração, necessárias para o governo imperial. No império, os cavaleiros mais ambiciosos poderão chegar às grandes prefeituras que representavam o ápice da carreira eqüestre: o prefeito do pretório, o da anona e o do Egito serão os mais elevados cargos que poderiam atingir. Os cavaleiros mais bem sucedidos poderão mesmo deixar a ordem eqüestre e ascender ao Senado. Boa parte de senadores será oriunda de famílias eqüestres.

A Itália intuía que a vitória de Otaviano sobre Antônio e Cleópatra significaria o seu predomínio sobre as províncias do Oriente. Ela viria a assumir uma posição de principal área dentro do império; este fato é exaltado inclusive na literatura, pela *Eneida* de Virgílio. Se a cidade de Roma é o centro privilegiado do império, a Itália tornou-se uma área também privilegiada, cuja administração inclusive não era de tipo provincial.

Socialmente ocorreu uma progressiva inclusão da elite municipal itálica na ordem senatorial, ou seja, o Senado foi se “italianizando” mediante a promoção destes elementos ao nível senatorial. Em R.G. II, 10, Augusto afirma que “veio de cada região da Itália aos meus comícios uma multidão tão grande que, dizem, nunca foi vista antes em Roma”. Em 29 a.C. devolveu aos municípios e colônias da Itália o imposto chamado de “ouro coronário”, oferecido em razão de seus triunfos; também nas vezes em que recebeu aclamações imperiais, recusou novamente o ouro coronário oferecido (R.G. IV, 21). Outras medidas favoráveis, que beneficiaram a região e consolidaram esse apoio, foram tomadas, como a restauração da via Flamínia (R.G. IV, 20) e o pagamento de indenização pelas terras usadas para fundação de colônias militares na Itália.

A vitória de Augusto trouxe uma melhoria das condições econômicas, com a estabilidade e ordem. Um relevo da *Ara Pacis* enfatiza esse aspecto; em um dos quadros, na figura da Paz (ou, segundo outros, da Terra) aparece uma cena de fartura, com uma mulher e duas crianças cercadas de animais e plantas, transmitindo um significado eloqüente dos benefícios da “nova era” iniciada por Augusto.

A propaganda oficial afirma a adesão unânime da Itália a Otaviano; nas *Res Gestae* Augusto refere-se ao apoio que recebeu contra Marco Antônio: “A Itália toda, espontaneamente, jurou-me fidelidade e quis-me como chefe da guerra, no fim da qual venci em Áccio” (R.G. V, 25). Esse juramento é importante como base do poder pessoal do Príncipe, mostrando que a supremacia passou das mãos do Senado para as do Príncipe.

A base escravista da sociedade romana não foi colocada em discussão durante a luta pelo poder na fase final da República. A sociedade romana da República tardia era escravista e esse aspecto permaneceu inalterado com o advento do Império. Durante a guerra civil os escravos chegaram a ser utilizados na luta pelos adversários, com a promessa de liberdade. Durante as proscrições, chegou-se a prometer aos escravos que denunciassem os seus proprietários não apenas uma recompensa em dinheiro, mas até a liberdade com cidadania. Sexto Pompeu empregou em sua frota escravos, que cada vez em maior número fugiam de seus proprietários, aproveitando as desordens. Estes fatos, mais o medo dos proprietários de que ocorressem novas revoltas servis, cuja lembrança permanecia presente, levou Augusto a assumir uma política conservadora em relação aos escravos. Ele afirma: “prendi mais ou menos trinta mil escravos que fugiram de seus donos e tinham empunhado as armas contra o Estado; e os entreguei aos donos para que fossem por eles punidos (*ad supplicium sumendum*)” (R.G. V, 25). Isto demonstra como a política do jovem Otaviano foi a de restauração da ordem e das bases tradicionais; demonstra também o seu respeito pelo direito de propriedade dos senhores de escravos, ao confiar a eles a punição dos fugitivos. No império ocorreu a consolidação da exploração escravista; os levantes em massa de escravos desapareceram.

O imperialismo romano na República significara para os provinciais uma exploração impiedosa; o império traria uma organização na qual direitos dos provinciais receberam maior atenção. Cada setor da administração pública passou para os cuidados da administração direta do Estado. Roma seguiu uma política de integração das classes dirigentes provinciais espalhadas pelo território do Império, o que foi uma inteligente forma de consolidar o seu domínio. A concepção de cidade-Estado foi superada e ao longo dos governos dos sucessores de Augusto foi se estruturando um quadro administrativo para o império todo, processo este delineado em suas diretrizes por Augusto.

A conquista e anexação das províncias haviam trazido para a República romana a crise e a necessidade de transformar as instituições políticas não mais

adequadas à administração de um império mundial. O período imperial significou a consolidação do sistema de domínio romano: cidadãos romanos e itálicos instalados nas províncias formam, junto com a elite nativa local, os grupos dirigentes municipais nas províncias, beneficiários do sistema e importante elemento de conservação do regime. O governo central de Roma apoiava estas elites locais, concedendo-lhes direitos políticos. Ao longo dos governos dos sucessores de Augusto o Senado, após se “italianizar”, foi se “provincializando”, com a ascensão de elementos destas elites municipais. O mesmo fenômeno social já ocorrera anteriormente com a ordem dos cavaleiros.

Na República competia ao Senado receber as embaixadas vindas a Roma e tomar decisões referentes aos assuntos de política externa (Políbio, *Hist.*, VI, 13). Percebe-se que esta passou para o controle do Príncipe, que enumera as populações que lhe enviaram embaixadas e as áreas que submeteu “ao domínio do povo romano” (R.G., 29-33).

Augusto refere-se a si próprio como “*me príncipe*” (R.G. VI, 32) e nos capítulos finais encontramos “depois de ter feito acabar as guerras civis, tendo assumido o poder supremo por consenso universal, transferi o governo da república, passando-o da minha pessoa às mãos do Senado e do povo romano. Em compensação de tudo isso, por decreto do Senado, foi-me conferido o título de Augusto”. (R.G. VI, 34). Em uma passagem, logo em seguida, ele completa: “desde então fui superior a todos por autoridade, mas não tive poder maior do que tiveram aqueles que foram meus colegas em cada magistratura”. É um primor de concisão: Augusto resume aqui a idéia do poder imperial tal como ele deseja que seja visto.

A passagem da República para o Império não trouxe uma mudança no sistema de produção; dentro da sociedade, a ordem senatorial continuou a ocupar o mais alto nível. A clivagem entre homens livres e escravos foi mantida intacta. A sociedade romana manteve sua complexa divisão, na qual vigoravam não apenas os critérios econômicos, mas na qual o status jurídico do indivíduo também contava.

Não estamos idealizando as condições do império; a exploração dos grupos sociais mais baixos prosseguiu e as contradições sociais persistiram. A grande maioria da população permaneceu excluída da vida política e a base escravista da economia permaneceu.

As bases sociais do regime augustano eram sólidas, mas Augusto não descuidou nunca dos aspectos propagandísticos, nem da criação de idealizações destinadas a perdurar. O apoio recebido dos diversos grupos

sociais foi consolidado pela difusão de certos aspectos de seu governo. A *Pax Augusta* foi um dos temas mais explorados como fundamento do consenso social. O fechamento do templo de Jano é celebrado em R.G. II, 13: “Três vezes, enquanto eu era príncipe, o Senado mandou fechar o templo de Jano Quirino: os nossos antepassados quiseram fechar esse templo quando em todo o império do povo romano se tivesse conseguido com vitórias a paz em terra e no mar. Lembra-se que antes do meu nascimento e desde a fundação de Roma, o templo foi fechado só duas vezes”. Em R.G. II, 12, ele registra: “o Senado decretou que fosse consagrado pela minha volta o altar da Paz Augusta no Campo de Marte”. Estes são fundamentos ideológicos que fortalecem o poder pessoal da figura construída por Augusto.

Os conflitos sociais que haviam eclodido no final do século II a.C. receberam um encaminhamento diferente do pretendido pelos Graco, por exemplo. A concentração da propriedade das terras prosseguiu como antes. A *libertas* tão cara aos aristocratas republicanos tornou-se uma lembrança cultivada pelos senadores, mas apenas isto. O regime de Augusto não foi construído sobre o modelo das monarquias helenísticas, mas reelaborou as instituições republicanas romanas, combinadas a inovações, que iriam receber, ao longo do governo de seus sucessores, os acréscimos necessários adequados ao governo de um império.

Referências Bibliográficas

- BRUNT, P. A. The equites in the late republic. In: *Deuxième Conférence Internationale d'Histoire Économique*, 1962, Aix-en-Provence. Paris- La Haye: Mouton, 1965. v.1, p. 117-137.
- BRUNT, P. A. La plebe romana. In: FINLEY, M. I. (Ed.) *Estudios sobre Historia Antigua*. Madrid: Akal, 1981. p. 87-117.
- COARELLI, F. *Roma*. Milano: Arnoldo Mondadori, 1994.
- DE MARTINO, Francesco. *Storia della costituzione romana*. Napoli: Eugenio Jovene, 1974. v. 4,1.
- ÉTIENNE, Robert. *Le siècle d'Auguste*. Paris: Armand Colin, 1970.
- POLVERINI, Leandro L'aspetto sociale del passaggio dalla repubblica al principato. *Aevum*, Milano, Università Cattolica Del Sacro Cuore, n. 38, fasc. 3-4, p. 241-285, magg.-ag. 1964; n. 38, fasc. 5-6, p. 439-467, sett.-dic. 1964; n. 39, fasc. 1-2, p. 1-24, genn.-apr.1965.

RES GESTAE DIVI AVGVSTI ex monvmentis Ancyrano et Antiocheno Latinis
Ancyrano et Apolloniensi Graecis. Texte établi et commenté par Jean Gagé.
Paris: Belles Lettres, 1935.

RES GESTAE DIVI AUGUSTI with an English translation by Frederick W.
Shipley. Cambridge (Mass.); London: Harvard University Press; William
Heinemann, 1979. (The Loeb Classical Library, 152).

RES GESTAE DIVI AUGUSTI Texto latino com tradução e comentário por G.D.
Leoni. São Paulo: Nobel, 1957.